

REDE URBANA DO ESTADO DA BAHIA: O CASO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Leonardo Rodrigues Porto¹
Gildásio Santana Júnior²
Humberto Miranda Nascimento³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a relação exercida pela cidade de Vitória da Conquista (BA) com as demais cidades de sua área de influência, destacando-se o seu papel na consolidação da rede urbana no interior do estado da Bahia. Para tanto, analisa a dinâmica econômica da referida cidade, que atua como Capital Regional e cuja importância vincula-se à ausência de um número expressivo de cidades médias no território baiano, reforçando-se o peso do Estado no contexto regional. A área de influência de Vitória da Conquista foi definida com base nas informações da pesquisa Regiões de Influência das Cidades (Regic), realizada em 2007, pelo IBGE. Trata-se de um conjunto de 96 municípios, totalizando mais de 2 milhões de habitantes, situados no semiárido baiano e com baixo dinamismo econômico, de onde se depreende a forte dependência que estes municípios têm do setor público em suas dinâmicas urbana e econômica.

Palavras-chave: Cidades médias; Circulação do capital; Crescimento econômico. Rede Urbana.

THE URBAN NETWORK OF THE STATE OF BAHIA, BRAZIL: AN STUDY OF CASE THE CITY OF VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA

ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship between the city of Vitória da Conquista (BA) and the other cities in its area of influence, highlighting its role in the consolidation of the urban network within the state of Bahia. It analyzes the economic dynamics of this city, which acts as a Regional Capital and whose importance is linked to the absence of a significant number of medium-sized cities in the territory of Bahia, strengthening the role of the State in this regional context. The area of influence of Vitoria da Conquista was defined based on a research titled Regions of Influence of Cities (REGIC), conducted in 2007, by IBGE. It is a set of 96 municipalities, totaling more than 2 million inhabitants, located in the semi-arid and with low economic dynamism, which shows the strong dependence that these municipalities have on the public sector in its urban and economic dynamics.

Keywords: Medium cities; Circulation of capital; Economic growth; Urban network.

JEL: R12.

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: lnrdporto@gmail.com

² Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas. Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas (DCSA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: gildasiojr2@gmail.com

³ Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico – CEDE. E-mail: humberto.mn@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em investigar a relação exercida pela cidade de Vitória da Conquista (BA) com as demais cidades de sua área de influência, com destaque para o seu papel na consolidação de uma rede de cidades médias no interior do estado da Bahia. Tem como objeto de estudo a dinâmica econômica da referida cidade, atuando como Capital Regional, cuja importância vincula-se à ausência de um número expressivo de cidades médias no interior da Bahia, em que pese o papel do Estado neste contexto.

Este trabalho tem ainda a pretensão de contribuir para ampliar o conhecimento da rede urbana do estado da Bahia, da qual emerge a necessidade de fortalecimento das cidades médias em seu interior. O quadro regional permite especificar a problemática como algo que caracteriza a urbanização subdesenvolvida, que reclama soluções próprias. Os anos de 1990 e 2000 mostram, de um lado, os grandes centros urbanos se saturando (de gente e atividades) e as cidades médias crescendo vigorosamente e, de outro, o surgimento de novas centralidades urbanas e a emergência de pequenas cidades nas áreas de expansão da fronteira agrícola (MIRANDA, 2012). Portanto, distante de pretender esgotar a discussão em torno do tema, busca-se trazer elementos para uma análise crítica do objeto de estudo.

Para tanto, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica a fim de levantar as principais informações a respeito da cidade e de sua área de influência. Trata-se, aqui, de acordo com Lipietz (1988), de analisar as cidades ou regiões partindo das relações do modo capitalista de produção e da articulação do capitalismo com os outros modos de produção coexistentes, sobretudo, a pequena produção mercantil. Isto é, "descer" da análise dos modos de produção até a sua manifestação no espaço concreto. Desta forma, este trabalho se deu no âmbito da pesquisa explicativa, cuja contribuição da pesquisa *Regiões de Influência das Cidades-2007* (Regic) foi relevante para apontar as principais conexões existentes entre os municípios brasileiros (IBGE, 2008).

De acordo com Porto (2003), existe na Bahia uma rede principal de cidades que concentra a maior parte dos fluxos econômicos do seu território. Trata-se de cidades que "compõem uma rede capaz de servir como entreposto de fluxos sociais

e econômicos entre os distintos lugares de sua região e de outras regiões” (PORTO, 2003, p. 9).

A rede urbana da Bahia é bastante verticalizada, não absorvendo a maioria de seus municípios. Todavia, algumas cidades desempenham o papel de centros de apoio ao fornecimento de serviços e circulação de mercadorias. Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Feira de Santana (BA), por exemplo, exercem papel de rede secundária de entreposto comercial entre estados. Vitória da Conquista concentra os fluxos de uma vasta região que abarca uma rede de cidades estendida até Barreiras (BA), no oeste do estado, enquanto Feira de Santana lidera outra vasta região, de menor tamanho, porém mais densa em produção (PORTO, 2003).

É neste sentido que Vitória da Conquista tem se despontado como Capital Regional, conforme a metodologia apresentada pela Regic, onde atua não só como entreposto comercial, mas também como fornecedora de serviços de saúde e educação superior. Representa um importante elo em uma rede urbana que articula as pequenas cidades do interior da Bahia e norte de Minas Gerais, com o estrato superior das cidades brasileiras, com destaque para Salvador (BA), São Paulo (SP) e Brasília (DF). Desse modo, a cidade desempenha um papel essencial no processo de circulação de riquezas em sua região, determinando a forma como ela se insere no circuito de circulação do capital.

Daí a questão central que norteia este trabalho é: de que forma a dinâmica econômica da cidade de Vitória da Conquista (BA) consolida a formação de uma rede urbana no interior do estado da Bahia? Esta questão traz ainda uma pergunta secundária que se refere a como o processo de produção, circulação e apropriação de riqueza se materializa junto a esta rede de cidades no período entre 2000 e 2010? O presente texto busca trazer alguns elementos iniciais para a investigação do problema colocado. Espera-se demonstrar que o crescimento recente dessa cidade se pauta no setor de serviços, mas com forte dependência do setor público, e se deu diante da necessidade do fortalecimento de cidades médias no estado da Bahia. Faz parte, portanto, da própria necessidade de expansão e circulação do capital o fortalecimento de estruturas urbanas por onde o capital possa percorrer. Por esta razão é que se espera encontrar as contradições típicas do modo capitalista de produção, sobretudo no que se refere a um processo de desenvolvimento desigual.

O texto divide-se em mais quatro seções. Na próxima seção, busca-se discutir o processo de formação da rede urbana brasileira, identificando alguns elementos que qualificam uma rede de cidades. Em seguida, discute-se a rede urbana do estado da Bahia, revelando a sua estrutura bastante verticalizada. O terceiro tópico apresenta a cidade de Vitória da Conquista, bem como as cidades de sua área de influência revelado pela Regic, buscando atualizar os dados demográficos e econômicos a respeito desta rede de cidades. Por fim, faz-se uma reflexão sobre o papel desempenhado por Vitória da Conquista como Capital Regional.

2 ESPAÇO, CIDADES MÉDIAS E A REDE URBANA BRASILEIRA

Neste tópico, discute-se o processo de formação da rede urbana, atentando-se para algumas notas metodológicas que favoreçam a análise de um território hierarquizado e sua relação com o processo de acumulação no espaço. O seu objetivo é identificar os elementos que qualificam uma rede urbana, de forma a constituir um quadro analítico para o processo de levantamento de dados referente ao objeto de estudo.

Assume-se aqui que, na atualidade, as cidades se despontam como lugar privilegiado do processo de produção, distribuição e circulação das riquezas. Isto é, sua existência e funcionalidade relaciona-se com a natureza da dinâmica econômica capitalista. Porto (2003, p. 11), por exemplo, afirma que as cidades modernas exercem papéis significativos como espaços de sociabilidade e *lócus* de aglomeração de atividades fundamentais para rebaixar custos de produção e de circulação de mercadorias. Já Lefebvre (2001, p. 63), sem tentar ser exaustivo, chama a atenção para o papel histórico da cidade: "aceleração dos processos (a troca e o mercado, a acumulação dos conhecimentos e dos capitais, a concentração desses capitais) e local das revoluções". Isto, sem que a cidade seja um lugar passivo onde estes processos ocorram, mas, como tal, intervindo nesse processo.

Depreende-se que, historicamente, não se deve considerar a existência das cidades como produto exclusivo do capitalismo. Todavia, o modo de produção vigente possibilitou um novo posicionamento na reorganização do espaço produtivo, facultando à cidade um novo e maior significado (FERREIRA, 2008). Em sua configuração moderna, tornou-se imprescindível a formação de redes de cidades,

nas quais, de acordo com Faissol (1978), as estruturas urbanas mantêm relações umas com as outras e com a população ao seu redor.

De acordo com Lopes (2001), esta interação entre as estruturas urbanas se forma pela diferenciação dos elementos que compõem as cidades. Por sua dinamicidade e forma de organização, os núcleos urbanos constituem os pontos de concentração (centros ou polos) que promovem o funcionamento de uma rede de apoio entre as regiões. Desse modo,

A rede urbana aparece organizada no sentido de que vale pelos seus elementos e pela natureza das relações que entre eles se estabelecem; por esta via assume as características de um sistema que não é autônomo, porque a importância de um qualquer dos seus elementos – um centro – fica sempre na dependência da área que apoia e sobre que se apoia, isto é, fica na dependência da região que o envolve (LOPES, 2001, p.89).

Todavia, suscita-se a discussão das formas como um núcleo urbano interage com a região na qual está inserido, uma vez que a rede urbana é uma produção social expressa pelo movimento da própria sociedade que a produz. Dessa maneira,

A rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 2006, p. 27).

Segundo Porto (2003), elas trazem em seu interior relações hierárquicas, que se moldam conforme a necessidade de aglomeração de algumas atividades humanas. Por outro lado, Ferreira (2008) sugere que, embora as cidades estabeleçam relações hierárquicas, não se limitam apenas a elas, participando de determinada rede urbana e também em outras, com representatividades diferentes.

Nota-se, portanto, que se trata aqui de buscar compreender a definição da organização social do espaço em uma estrutura hierarquizada. Ferreira (2008) compreende as redes urbanas por sua fundamentação na produção e circulação do capital em rede, vinculados à presença de centros financeiros e de unidades locais empresariais. Logo, seria através da rede urbana que se identificariam os processos de criação, apropriação e circulação do valor excedente. Mas, qual o papel que cada

cidade exerce nesse processo produtivo, uma vez que desempenhando funções diferenciadas, participam de modo diferente da apropriação das riquezas?

Para que se tenha uma ideia da estrutura hierárquica da rede urbana brasileira, por exemplo, sua hierarquia urbana consolidou-se plenamente após 1980, com o fim do regime militar, o aumento da participação política da população e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Estes fatos colaboraram para estimular a criação (emancipação) de municípios de mais baixa posição na hierarquia (até 100 mil habitantes) na rede urbana nacional, bem como o aumento das cidades médias (entre 100 e 500 mil e entre 500 e 1 milhão de habitantes), passando de 133 para 270, um aumento considerável, como se pode constatar pelo Censo de 2010 do IBGE.

De acordo com o Censo 2010, observa-se que o nível hierárquico superior da rede urbana brasileira, no que tange aos municípios com mais de um milhão de habitantes, concentra 37,8 milhões de habitantes, cerca de 20% da população total do país. Porém, o nível hierárquico inferior (até 100 mil habitantes) concentra 95% do número de municípios e 45% da população total, com razoável grau de dispersão territorial. Como, em torno de 35% da população brasileira estão concentradas em 270 municípios com mais de 100 mil e menos de um milhão de habitantes, se somarmos o nível metropolitano e o intermediário, constataremos que 55% da população brasileira estão concentradas em 282 municípios (MIRANDA, 2014).

Adicionalmente, temos 325 municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes ou 11,7% da população total, correspondendo a um conjunto de cidades intermediárias entre o menor nível hierárquico e as chamadas cidades médias, sendo este um conjunto de cidades menos estudado, pois, ainda não se conhece muito bem sua hierarquia. O fato é que existem 607 municípios (11%), de um total de 5.565, que concentram 127,8 (66,7%) milhões de habitantes num universo de 192 milhões, aproximadamente.

O quadro regional permite especificar a problemática como algo que caracteriza a urbanização subdesenvolvida, que reclama soluções próprias. Os anos de 1990 e 2000 mostram, de um lado, os grandes centros urbanos se saturando (de gente e atividades) e as cidades médias crescendo vigorosamente e, de outro, o surgimento de novas centralidades urbanas e a emergência de pequenas cidades nas áreas de expansão da fronteira agrícola vão redefinindo nosso padrão de

urbanização fora das áreas metropolitanas tradicionais (MIRANDA, 2012). Em grande medida, são importantes áreas das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte que alimentam esse incremento urbano no segundo período 1990-2010. Uma urbanização mais dispersa sem com isso deixar de concentrar-se em determinadas cidades médias. A questão é se tais cidades cumprem de fato um papel dinâmico na hierarquia urbana, de modo a contribuir numa perspectiva integrada de desenvolvimento urbano-regional.

De acordo com Santos e Silveira (2001), as cidades médias funcionam como entrepostos, produtoras de bens e serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno. Ainda segundo estes autores, os fatores que levam ao aumento destas cidades, no Brasil, vinculam-se às novas solicitações de consumo, tanto das famílias quanto do governo.

Todavia, Ferreira (2008, p. 536) ressalta que estas relações em rede e a “configuração dos arranjos produtivos não acontecem na mesma intensidade entre as mesorregiões brasileiras”. As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da hierarquia urbana brasileira comprovam esse pensamento, ao afirmar que:

A definição dos níveis hierárquicos é desigual, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada – com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares – e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários (IBGE, 2008).

Sob outro aspecto, Ruiz (2006) afirma que a localização dos serviços pode ser “um determinante fundamental da hierarquia regional e da rede de cidades”. A pesquisa realizada pelo autor permitiu constatar que a oferta de serviços no Brasil concentrava-se em 139 municípios, onde estão 90% da massa salarial deste setor, conforme verificados em sua amostra. Ali estariam a maior parte da renda do país; 41,5% da população; e a maior parte do PIB industrial e de serviços (61% e 63%, respectivamente). Por sua vez, a produção agropecuária nesses municípios correspondia a somente 6,3% do total do país.

Porto (2003, p. 12) salienta que em um estudo a este respeito, deve-se ter claro a qual tipo de fluxo econômico e social a cidade, ou uma determinada rede de cidades, está inserida. Dessa maneira, a caracterização do território “depende do

porte, da densidade dos fluxos, que serão o resultado dos fluxos demandados pela produção da sua região mais próxima e dos fluxos demandados pela teia internacional que opera em redes mundiais de cidades”. Trata-se, portanto, de identificar os bens e serviços disponibilizados por cada cidade, bem como a sua abrangência, além de verificar a disponibilidade dos elementos que a compõem, que são os seus fixos e os seus respectivos fluxos econômicos.

Em uma primeira abordagem, tem-se que a dinâmica econômica das cidades se estabelece por meio dos seus ‘fluxos’ que renovam os seus fixos. A esse respeito, Santos (2004, p.38) atesta ser mais cômodo o estudo dos fixos, pois, “os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos e mais rápidos”.

Por fluxos econômicos pode-se considerar a movimentação de mercadorias, capitais e pessoas oriundas do processo de produção e circulação capitalista, no qual o movimento se dá pelos caminhos de maior fluidez, cujo percurso constitui a ossatura de uma economia (BAHIA, 2001, p.62). Sandroni (1999, p.246) os define como o “movimento de uma mercadoria, serviço ou título iniciado em um mercado e para ele dirigido, ou realizado no interior da economia em seu conjunto. O autor também os divide em fluxos reais (relacionado ao setor produtivo) e nominais, voltados às necessidades de consumo.

Quanto aos fixos, Santos (1988, apud FERREIRA, 2008) apresenta-os como agências de correio, casas bancárias, fábricas, escolas, lugares de lazer, pontos de serviço, dentre outros. O autor argumenta ainda que os fixos podem ser econômicos, sociais, culturais e religiosos, sugerindo que:

[...] se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro (SANTOS, 2007 apud GUSMÃO, 2009, p. 54).

A este respeito, destacam-se os esforços realizados pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades (*Regic*), no ano de 2007. A sua metodologia e base de dados tem sido uma importante ferramenta utilizada pelos pesquisadores desta área. De acordo com o IBGE (2008), a Regic permitiu delinear as áreas de influência

entre as cidades brasileiras, elucidando a articulação das redes no território. Para tanto, tomou-se como premissa a ideia de que “as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos”, e que “a estrutura e a organização do território são o substrato que condiciona – e sobre o qual atuam – as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade”. Dessa forma,

O avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliavam a organização em redes – de produção e distribuição, de prestação de serviços de gestão política e econômica – cujos nós são constituídos pelas cidades (IBGE, 2008).

Ressalta-se que a hierarquia dos centros urbanos, estabelecida pela Regic, bem como a definição das regiões de influência a eles relacionada, foi construída em pesquisa específica, complementada por dados secundários, e que possui abrangência nacional. Entretanto, o banco de dados utilizados pode ser empregado em novos estudos, com enfoque em temas diversos ou áreas de escalas menores (IBGE, 2008).

Conforme se pode extrair do Quadro 1, no nível mais elevado da hierarquia urbana brasileira encontram-se 12 núcleos distinguidos pelo IBGE, sendo a cidade de São Paulo definida como Grande MetrÓpole Nacional, as cidades do Rio de Janeiro e Brasília aparecem como MetrÓpoles Nacionais, e outras nove cidades despontam como MetrÓpoles.

No nível imediatamente inferior, encontram-se as Capitais Regionais dos tipos A, B e C, composto por cidades com população que variam de uma mediana de 250 mil habitantes no nível C aos 957 mil, no nível A. Dentre elas, se encontra a cidade de Vitória da Conquista (BA), identificada como Capital Regional B. Os Centros Sub-regionais são constituídos por cidades com população em torno de 90 mil habitantes, com área de influência reduzida, desempenhando atividades de gestão menos complexa.

Já os Centros de Zona (A e B) possuem menor porte, são mais numerosos e desempenham funções restritas às suas áreas imediatas. Os Centros Locais são cidades de população com mediana inferior a 10 mil habitantes, e atendem tão

somente aos habitantes do próprio município. Entre os municípios investigados, o IBGE verificou 4.473 cidades nestas condições.

Percebe-se, portanto, que o IBGE estabeleceu o nível hierárquico entre as cidades do Brasil, com base na função que desempenham e dos elementos que a compõem, isto é, os seus fixos. Todavia, em relação à formação desses fixos e dos fluxos a eles vinculados, deve-se indagar se haverá uma lógica específica, que determina, por exemplo, a quais cidades eles serão instalados. Logo, se por eles é possível identificar uma rede urbana, questiona-se qual o critério que define a localização dos fixos no espaço e, assim, uma hierarquia?

Quadro 1 – Classificação da hierarquia urbana brasileira, REGIC/2007

Classificação	Subdivisões	Quantidade	Características
Metrópole	Grande Metrópole Nacional	1	- Grande porte; - Forte relacionamento entre si; - Extensa área de influência direta.
	Metrópole Nacional	2	
	Metrópole	9	
Capital Regional	Capital Regional A	11	- Relacionam-se com o estrato superior da rede urbana; - Capacidade de gestão em nível inferior aos das metrópoles; - Destino para um grande número de atividades, por grande número de municípios.
	Capital Regional B	20	
	Capital Regional C	39	
Centro Sub-regional	Centro Sub-regional A	85	- Atividade de gestão menos complexa; - Área de atuação mais reduzida.
	Centro Sub-regional B	79	
Centro de Zona	Centro de Zona A	192	- Menor porte; - Atuação restrita à sua área imediata.
	Centro de Zona B	364	
Centro Local	Não possui subdivisões	4.473	- Centralidade e atuação não extrapolam os limites do município; - Serve apenas aos habitantes; - População inferior a 10 mil habitantes.

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2008).

2.1 O processo de acumulação em sua dimensão espacial

Em continuidade à discussão em torno da formação da rede urbana, convém refletir se a própria dinâmica da economia capitalista não imprime certa tendência aos fundamentos da circulação do capital, quando também considerada em seu contexto espacial. Ou seja, as redes urbanas que se formam teriam algum vínculo com o percurso que o capital perfaz em seu processo de expansão e acumulação?

Nesse processo, destaca-se que o capital possui uma tendência a globalizar-se, como resultado do seu processo de desenvolvimento, o que se dá de forma desigual, seja no âmbito econômico ou geográfico. O capitalismo – enquanto totalidade sistêmica mutante – perfaz espaços completamente diversos. Quando se esgota os limites de concentração em um espaço geográfico – como o espaço nacional, por exemplo – há um processo de alargamento espacial da acumulação para além das fronteiras do núcleo do sistema (BALANCO; PINTO; BUSATO, 2006).

O desenvolvimento capitalista tem na busca constante do capital pela obtenção de vantagens competitivas a determinação de alguns dos principais aspectos do processo de crescimento econômico. Nessa medida, a relação entre o processo de acumulação do capital e os seus desdobramentos sobre o espaço vincula-se às decisões tipicamente capitalistas do processo de ordenamento da produção. Deste modo, o espaço econômico ou geográfico, seja nacional ou subnacional, configura-se por um "quadro permanente de desigualdade do desenvolvimento capitalista, impresso por uma característica inerente ao processo de acumulação" (BALANCO; PINTO; BUSATO, 2006, p. 10).

Conseqüentemente, em sua lógica, o capitalismo se configura pelo relacionamento dos diversos lugares entre si, com base no princípio de acumulação do capital, apresentando um quadro de desenvolvimento histórico desigual, cujo maior exemplo se mostra com o contraste entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, centro e periferia etc. Este também é o caso da diferenciação espacial das funções desempenhadas pelas diferentes regiões ou cidades, nas redes urbanas a qual fazem parte.

A esse respeito, a análise de Lipietz (1988) parece ser de fundamental importância para o estudo da configuração espacial, sob a égide do processo de acumulação capitalista. O autor estabelece que o espaço deva ser compreendido

em sua dimensão concreta, isto é, em termos da articulação de determinada espacialidade com as diferentes instâncias do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva, Lipietz (1988) observa a impossibilidade dos mecanismos de mercado, por si só, suprirem as dificuldades oriundas do processo de desenvolvimento desigual entre as regiões. Haveria, portanto, a necessidade da intervenção do Estado para garantir o processo de expansão da acumulação do capital por entre os diferentes territórios.

O autor propõe iniciar a análise através de situações concretas, em que se evidencia o caráter desigual do desenvolvimento no espaço, buscando demonstrar qual a relação do lugar – e seu estágio de desenvolvimento – com as condições atuais da acumulação capitalista. Isto é, quais são as ferramentas que o capital utiliza sobre o espaço, ou neste caso, a estrutura desigual da rede urbana, para garantir o seu processo de acumulação?

Nós examinamos a constituição de espaços regionais, processo determinado pela articulação das relações de produção, e o uso que delas fazia o capital como movimento de acumulação fracionada em ramos pela divisão do trabalho (LIPIETZ, 1988, p. 113).

Assim sendo, na análise de Lipietz (1988), deve-se considerar que, de fato, “há o desenvolvimento desigual das regiões com consequências a nível socioeconômico”, que também se verifica em pequenos *locus* de acumulação capitalista, como uma cidade ou região, por exemplo. Dessa maneira, o autor deixa clara “a impossibilidade de se organizar o espaço apenas pelos mecanismos de mercado”, cuja proposição responde às questões colocadas anteriormente, postulando que a estrutura analítica do quadro de hierarquização entre as cidades precisa dar conta do processo de acumulação.

Acrescenta-se a análise, a intervenção do Estado no sentido de garantir o processo de acumulação, mas também como expressão da disputa dos interesses intra e interclasses. Isto é, as contradições do movimento espacial do capital também se operam no âmbito da luta de classes e da disputa entre os próprios capitalistas (capital comercial e usurário *versus* capital financeiro e industrial).

Se o espaço social é a dimensão espacial da sociedade considerada como totalidade, como comunidade material, como produto da atividade coletiva, independente das atividades particulares, e impondo-se a cada uma delas como uma força estranha, então ele mantém uma relação específica com as instituições que representam o interesse “coletivo” e aparece como “comunidade ilusória”: com o Estado (LIPIETZ, 1988, p. 149).

Harvey (2004, apud BALANCO; BUSATO; PINTO, 2006), também discute a inserção de duas lógicas de poder no espaço: o poder econômico e o poder político, isto é, a ação individual dos capitalistas e a ação do Estado, que pode até ser determinada pelo poder econômico, mas que também pode ter suas próprias prioridades. Deste modo, apesar das diferenças, existe entre uma e outra um entrelaçamento. Para Harvey, estas duas lógicas devem ser vistas como dialéticas, isto é, contraditórias, em vez de cooperativas ou unilaterais.

Por todo exposto, trata-se de uma postura metodológica, em que a percepção da formação espacial do território não pode se dá pelos argumentos econômicos, históricos, geográficos ou pelos políticos, tomados isoladamente. É importante manter todos estes aspectos de forma dialética e simultânea. Assim, na investigação do caso concreto, é importante verificar se há a contribuição do Estado na constituição dos principais fixos que compõem o território, cumprindo a função de viabilizar o fluxo de capitais e a circulação de mercadorias em seu interior.

3 A REDE URBANA DA BAHIA

O fenômeno da hierarquia urbana também demonstra vincular-se à rede de cidades do estado da Bahia. Para Porto (2003), existe no estado uma rede principal de cidades que concentra a maior parte dos fluxos econômicos do seu território. Tratam-se de cidades que “compõem uma rede capaz de servir como entreposto de fluxos sociais e econômicos entre os distintos lugares de sua região e de outras regiões” (PORTO, 2003, p. 9).

A rede urbana principal da Bahia é composta de cerca de 28 cidades que concentram mais de 80% dos fluxos econômicos e sociais do Estado. [...] estas cidades representam quase 50% da população estadual, são responsáveis por quase 100% das matrículas nos cursos universitários, 84% dos médicos, 70% dos dentistas, todas as emissoras de TV, 70% das rádios licenciadas da Bahia (PORTO, 2003, p. 14).

Silva e Silva (2006) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar os desequilíbrios regionais no estado da Bahia e propor avanços no enfrentamento dessas questões. Assim, eles analisaram que:

O Estado da Bahia, por estar em uma fase ainda recente de crescimento, apresenta grandes desequilíbrios regionais e municipais em todo o seu território. [...] este mesmo princípio vale para as mesorregiões e microrregiões baianas que apresentam, há poucas décadas, expressivos indicadores de crescimento econômico (SILVA; SILVA, 2006, p. 96).

O fato é que as microrregiões mais dinâmicas da Bahia tendem a reproduzir, em escalas menores, a mesma tendência estadual e nacional, no que tange aos desequilíbrios existentes em seu interior. Disso emerge a necessidade do fortalecimento das cidades médias no interior da Bahia, desempenhando o papel de capitais regionais (SILVA; SILVA, 2006).

Sobre essas questões, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) também tem realizado importantes pesquisas, dentre as quais se destaca o estudo *Quatro cantos da Bahia*, do ano de 2001. Esse trabalho tinha por objetivo sistematizar um plano de ação do governo para adensar os fluxos econômicos nacionais e mundiais à rede de cidades baianas. Tinha como justificativa o fato dos fluxos econômicos que percorrem o território estadual estarem cada vez mais subordinados a decisões e determinações que extrapolam o seu espaço interno (BAHIA, 2001).

Ali, buscou-se identificar e caracterizar os espaços da produção baiana. Para tanto, tomou-se três indicadores, selecionados em virtude da disponibilidade de dados, para medir o porte comercial e de serviços das cidades. Foram eles, a) os depósitos bancários, que mede o volume de capital-moeda circulando em cada cidade; b) consumo de energia elétrica nos segmentos de comércio e de serviços, para se dimensionar o porte destes segmentos; e c) o contingente populacional, no qual se observa a capacidade do local em atrair e manter habitantes (BAHIA, 2001). Constatou-se que:

[...] abstraindo alguns desvios localizados, no geral são as mesmas cidades que se enquadram nos três indicadores considerados e são aqueles que servem como centralidade das manchas de produção industrial [...]. É importante observar que também são estas localidades que estão presentes nos locais onde há uma superposição de fluxos dos setores primário e secundário, estando nestas próprias cidades as maiores concentrações das atividades terciárias (BAHIA, 2001, p. 61).

Segundo Porto (2003, p. 9), existem atualmente no estado da Bahia cidades que exercem o papel de centros de apoio às atividades de serviços, comércio, educação, saúde etc., que permitiria classificá-las como “cidades-elo”. Para este autor:

O avanço dos meios de comunicação e os processos de reestruturação produtiva têm permitido uma elevação de fluxos sociais e econômicos entre lugares distantes, o que vem alternando a tradicional centralidade urbana (polos) de uma dada região (PORTO, 2003, p. 9).

Dessa maneira, alterou-se bastante o percurso pelo qual as mercadorias (bens e serviços) circulam na estrutura da rede urbana, reforçando o aparecimento de uma rede de cidades comerciais, que servem de apoio à circulação das mercadorias no espaço nacional. No caso da rede principal de cidades da Bahia, há uma “concentração dos fluxos de suas áreas de influência” dentro do próprio estado (PORTO, 2003, p. 18).

As cidades de Vitória da Conquista (BA), Jequié (BA) e Feira de Santana (BA) passaram a fazer este papel de rede secundária de entreposto comercial entre estados. Vitória da Conquista passou a concentrar os fluxos de uma vasta região que abarcava uma rede de cidades estendida até Barreiras (BA), no oeste do estado, enquanto Feira de Santana liderava outra vasta região, de menor tamanho, porém mais densa em produção (PORTO, 2003). Por outro lado, também aparecem dispersas no território as cidades de porte pequeno, motivadas pelo surgimento de novas rotas de fluxos comerciais, que demandam pouca infraestrutura urbana (PORTO, 2003).

De acordo com Dias e Araújo (2013), os esforços de se atualizarem essas informações tomam como referência a base de dados da Regic, o que denota o importante papel que esta pesquisa tem prestado aos pesquisadores da área. Isto, no entanto, não exclui a necessidade de investigações mais aprofundadas. Dias e Araújo (2013), por exemplo, fazem um esforço de tipologia das cidades médias baianas, cujos resultados apontam para um total de 32 cidades, com população oscilando entre 40 mil e 500 mil habitantes⁴, não localizadas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), e que apresentam a condição de Capital Regional ou Centro Sub-regional, na metodologia da Regic. Todavia, a disposição dessas cidades no território baiano denota a ausência de cidades médias na porção semiárida.

Conforme demonstrado até aqui, o quadro que ora se apresenta vem sendo discutido e apresentado por diversos pesquisadores do estado da Bahia⁵, o que também acontece com os órgãos de pesquisa nacionais e/ou estaduais que estudam a rede urbana do país⁶, no que se refere à caracterização das cidades baianas. Embora façam a discussão a partir de diferentes pontos de vista, os autores se ativeram ao mesmo fenômeno, com resultados muito semelhantes. Ou seja, verifica-se na grande maioria desses trabalhos que, a despeito das diferentes abordagens, o conjunto de cidades principais da Bahia é sempre o mesmo.

Os níveis de hierarquia entre os centros urbanos da Bahia podem ser observados no Quadro 2, baseado em metodologia do IBGE (2008). Evidencia-se a existência de pouquíssimos centros urbanos situados nos níveis intermediários, o que já vinha sendo discutido até aqui. Deste modo, além da Região Metropolitana de Salvador, têm destaque as cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista e a aglomeração de Ilhéus-Itabuna, como Capitais Regionais B⁷, e Barreiras, como Capital Regional C. Em seguida, encontram-se 16 cidades classificadas como

⁴ Neste caso, o tamanho populacional é apenas uma referência da escala de análise (DIAS & ARAÚJO, 2013).

⁵ Poucos estados do país possuem tantos estudos sobre a sua rede urbana como o estado da Bahia. Entre os trabalhos mais importantes, destacamos os estudos realizados por Silva e Silva (1989; 2006); J. Santos (2010; 2012); Porto (2003); Dias e Araújo (2011; 2013); Dias e Vidal (2012); Bahia (2001); e Alban (2005).

⁶ Os trabalhos realizados pelo IPEA (2002) e o IBGE (2008) são alguns exemplos.

⁷ Além destas, a aglomeração de Petrolina-PE/Juazeiro-BA também aparece como Capital Regional B, porém, vinculada ao estado de Pernambuco, dada a primazia de Petrolina em relação à Juazeiro.

Centros sub-regionais A e B, além de outros 383 núcleos urbanos classificados como Centros de Zona ou Centros locais.

No Quadro 2 também é possível visualizar os núcleos urbanos que estão na área de influência direta de Vitória da Conquista e que compõem parte da rede urbana baiana. Ressaltamos, contudo, a ocorrência de seis municípios pertencentes ao Estado de Minas Gerais que, por sua localização mais ao norte do estado e pela sua formação histórica comum, têm maiores vinculações com Vitória da Conquista (ver Figura 1).

Quadro 2 – Classificação da hierarquia urbana brasileira, REGIC/2007

Classificação dos centros	Níveis de hierarquia	Bahia	Área de Influência de Vitória da Conquista
Metrópole	-	1	-
Capital Regional	Capital Regional A	-	-
	Capital Regional B	3	1
	Capital Regional C	1	-
Centro Sub-regional	Centro Sub-regional A	7	1
	Centro Sub-regional B	9	2
Centro de Zona	Centro de Zona A	12	4
	Centro de Zona B	20	8
Centro Local	-	351	80

Fonte: IBGE (2008). Elaboração própria.

Por tudo o que foi exposto, conclui-se que a rede urbana da Bahia é bastante verticalizada e demonstra não absorver a maioria dos seus 417 municípios. De igual modo, caracteriza-se pela ausência de um número significativo de cidades médias em seu interior, dificultando interligar os municípios menores ao acesso de bens e serviços mínimos. Todavia, a averiguação dessa realidade deve considerar a composição das atividades econômicas dos municípios, bem como a disponibilidade dos serviços públicos ali existentes, tal qual se propõe a fazer neste artigo para o caso da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia.

4 A CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

A ocupação do território na região onde está inserida a cidade de Vitória da Conquista deveu-se ao desenvolvimento da pecuária e a policultura cerealífera, após o massacre da população indígena local, por volta do ano de 1720. Atualmente, a instalação de indústrias e a dinâmica socioeconômica regional vincula-se com a abertura da rodovia BR-116, ligando a região Nordeste ao Sudeste do país, que passa por Vitória da Conquista, tornando-a "entroncamento rodoviário que se insere num fluxo de dinâmicas comerciais mais amplas", após a segunda metade do século XX (NEVES; ADAN, 2012, p. 198).

A ocupação populacional da região em que a cidade se encontra deveu-se à descoberta de jazidas de ouro, na região do município de Rio de Contas (BA). No ano de 1725, a fim de exercer maior controle do Estado, o governo metropolitano determinou a fundação da denominada *Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas* (NEVES; ADAN, 2012). Naquele período, instituíram-se algumas capelas por fazendeiros que originaram os principais núcleos populacionais, tais como Caetité, Macaúbas, Condeúba e Vitória da Conquista (NEVES; ADAN, 2012).

No século XIX, expandiu-se a hierarquia urbana regional, em decorrência da imigração oriunda de Minas Gerais e Goiás, assegurada pelo avanço da produção de algodão e da pecuária na região. Nesse período, vislumbrou-se uma rede de cidades bem estruturada na região, cuja centralidade era exercida por Caetité, onde se destaca a instituição de uma câmara municipal e da intensa atividade urbana naquele município (NEVES; ADAN, 2012).

Atualmente, a centralidade regional é exercida por cidades como Brumado, Guanambi e Itapetinga, que são todas capitaneadas por Vitória da Conquista, como um dos principais centros de negócios do estado. Em estudo realizado por Neves e Adan (2012, p. 202), fica evidenciado que:

[...] sua projeção econômica tende a colocá-la como permanente foco de atração de pessoas oriundas de outras municipalidades, em busca de acesso ao intenso comércio da cidade ou à melhor oferta de serviços em saúde e educação.

Deve-se ressaltar que a cidade continua recebendo os principais fixos do território. São inúmeras as empresas varejistas de capital externo que fixaram filiais ali nos últimos quinze anos, como a *Walmart*, o Shopping Conquista Sul, *Carrefour*, *Cencosud* etc, que são grandes redes varejistas.

Do ponto de vista dos fixos educacionais, Vitória da Conquista se destaca pela existência de algumas instituições públicas e privadas de ensino superior, que interferem de maneira decisiva na dinâmica cultural e econômica de sua região (NEVES; ADAN, 2012). Ressalta-se, a criação, em 1969, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, hoje a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Com três *campi* universitários⁸, somente o *campus* de Vitória da Conquista conta com mais de duas dezenas de cursos de graduação, além de programas de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado, reunindo em torno de 8 mil estudantes e 900 professores (NEVES; ADAN, 2012).

Do mesmo modo, o governo federal instalou nesta cidade um campus universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2006, que hoje possui diversos cursos de graduação e alguns programas de pós-graduação na área de saúde (NEVES; ADAN, 2012). Cita-se, também, o Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET-BA), que passou a contar com cursos de graduação, o que reforça ainda mais a centralidade de Vitória da Conquista nesse quesito.

Gusmão (2009) faz importante menção ao papel desempenhado pela oferta de ensino superior neste município. A autora baseia-se na “compreensão de que o processo promovido pela oferta de cursos de graduação presenciais poderia ser o eixo para a análise regional e/ou para o estudo das redes geográficas dela decorrentes”. A oferta de ensino superior na cidade de Vitória da Conquista promove uma intensa movimentação socioeconômica e espacial, não só na cidade, mas em toda a sua região (GUSMÃO, 2009). De acordo com Lopes (2010), isso faz com que esta cidade exerça uma ação ‘polarizadora’ na região em que está inserida⁹.

Desta forma, Vitória da Conquista exerce seu espaço de polarização pela concentração de atividades que geram interações com seu entorno e a longas distâncias. Sua importância na rede urbana regional é manifestada por sua

⁸ A UESB possui campus em Jequié (BA), Itapetinga (BA) e a própria Vitória da Conquista (BA).

⁹ O conceito de polo remete-se à teoria da indústria. No entanto, o conceito se tornou vulgar, de modo que a noção de polarização aqui mencionada se confunde com a ideia de centralização, conforme a associação de A. Lopes (2001).

capacidade em ofertar bens e serviços. Nota-se, portanto, o papel que ela representa em seu contexto regional, “exercendo uma centralidade em praticamente todos os setores e polarizando uma vasta área territorial” (SAMPAIO; GUSMÃO, 2010, p. 05).

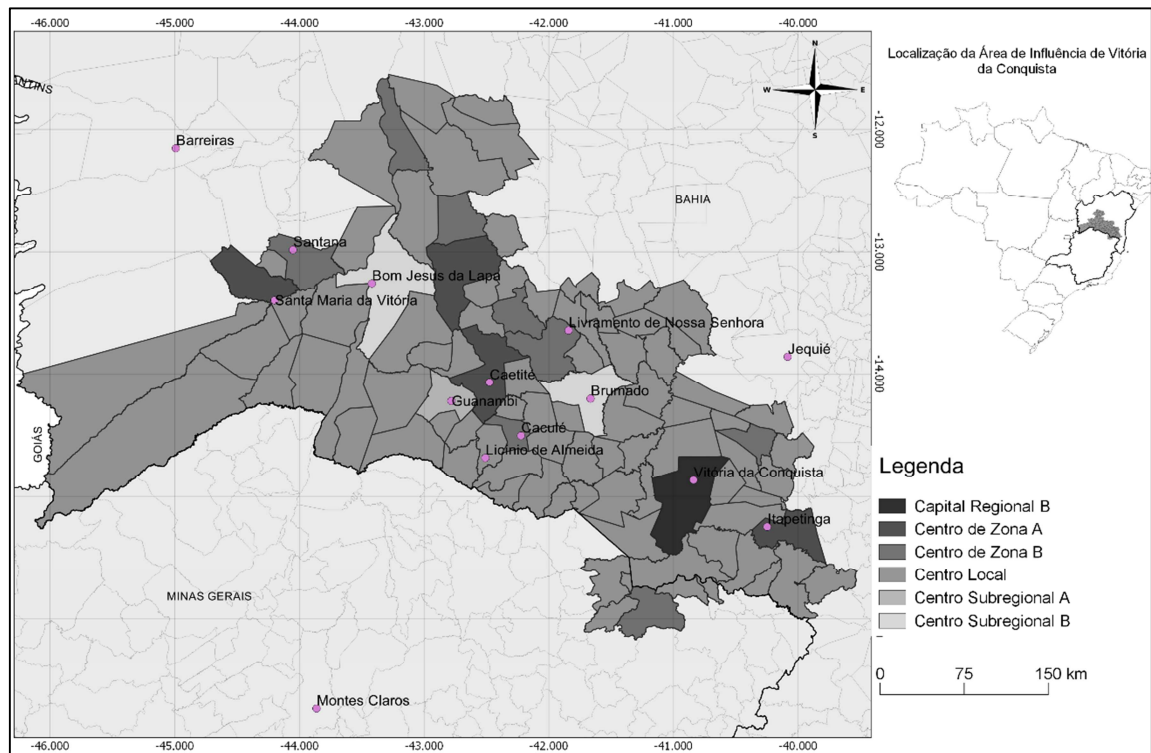
4.1 A região de influência de Vitória da Conquista

A cidade de Vitória da Conquista constitui a principal centralidade urbana da hierarquia regional, o que faz dela a terceira maior cidade do estado, em termos demográficos, e um de seus principais centros de negócios. Sua projeção econômica tende a colocá-la como permanente foco de atração de pessoas oriundas de outras municipalidades, em busca de acesso ao intenso comércio da cidade ou à melhor oferta de serviços em saúde e educação.

Dada sua vinculação a rede principal de cidades da Bahia, Vitória da Conquista (BA) se destaca pela dinamicidade e por seu porte em relação às cidades de sua região. A área do seu município é de 3.356 km² de extensão, situado na região econômica do Sudoeste da Bahia, no semiárido baiano, conforme ilustrado na Figura 1. Em 2010, abrigava 306.866 habitantes, possuindo densidade demográfica de 91,41 hab./km² e taxa de urbanização de 89,53%¹⁰. A estimativa para 2016 é de 346.069 habitantes, conforme dados do IBGE.

¹⁰ Conforme dados do último Censo Demográfico.

Figura 1 - Localização de Vitória da Conquista (BA) e classificação dos centros urbanos de sua área de influência, segundo a Regic



Fonte: IBGE (2008). Elaboração própria.

Compreende-se melhor a importância regional de Vitória da Conquista pelas funções desempenhadas junto à rede de cidades a que está vinculada. De acordo com o IBGE (2008), a Região de Influência de Vitória da Conquista abarca 96 municípios, situados especialmente na região sudoeste do estado da Bahia e norte de Minas Gerais (ver Figura 1). Trata-se de uma área com 145.963 km² e uma população de aproximadamente 2,1 milhões de pessoas em 2010, levando à densidade demográfica de 14,49 hab./km². Este extenso território, que corresponde a quase 25% do estado da Bahia, no contexto socioespacial do semiárido, caracteriza-se pelo baixo dinamismo econômico e uma relativa concentração demográfica nos principais núcleos urbanos, em que pese o seu baixo nível de urbanização e o seu enorme contingente rural.

Conforme explicitado na Tabela 1, no ano de 2014, Vitória da Conquista participava com cerca de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios, cuja posição se mantém pelo menos desde 2005, quando o IBGE fez este levantamento para o Regic (IBGE, 2008). Para os municípios investigados, a participação setorial da indústria correspondia a 13,1% do PIB gerado. Do valor

adicionado pela indústria, Vitória da Conquista participa com 28%, sendo a maior contribuição entre os municípios. O peso da indústria na economia deste município foi de 14,5%, em 2014, mas, em termos absolutos, corresponde a quase o dobro do segundo colocado (Brumado-BA). Entre os demais municípios, destacam-se as contribuições de Brumado, Itapetinga e Caetité, que respondiam, respectivamente, por 14,9%, 8,0% e 7,5%, do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de toda a área de influência. No caso de Brumado e Caetité, destaca-se o papel da indústria extrativa, enquanto Itapetinga desponta com o setor calçadista.

Quanto à atividade agropecuária, embora esta concentre quase um terço da população ocupada nestes municípios, seu valor adicionado corresponde à apenas 11,5% do PIB, com Vitória da Conquista contribuindo com 3,7% desse valor. Em que pese o próprio papel de ofertante de serviços do núcleo urbano maior da rede, convém ressaltar que Vitória da Conquista também figura entre os principais VABs agropecuários da região, ficando atrás apenas de Jaborandi (11,5%), Barra do Choça (4,6%) e Cocos (4,3%). Por outro lado, chama atenção a queda de participação relativa deste setor no conjunto dos municípios investigados, que já foi de 17% em 2005 e vem caindo desde então.

Tabela 1 – Principais características demográficas e econômicas dos municípios da Área de Influência de Vitória da Conquista

CARACTERÍSTICAS	Região de Influência de Vitória da Conquista	Núcleo da rede (Vitória da Conquista)	Participação de Vitória da Conquista em sua região (%)
População Total (2010)	2.115.127	306.866	14,51
Área (Km ²)	145.963	3.356	2,3
Densidade demográfica (hab./Km ²)	14,49	91,44	631,01
Número de municípios	96	1	1,04
PIB 2014 Total (1.000 R\$)	21.170.828	5.389.877	25,46
VAB Serviços	8.424.537	3.020.475	35,85
VAB Indústria	2.780.069	783.714	28,19
VAB Agropecuária	2.428.694	90.701	3,73
VAB Administração Pública	6.006.681	865.986	14,42
Impostos	1.530.847	629.001	41,09
PIB <i>per capita</i> (R\$)	9.419	15.843	168,20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Sistema de Contas Regionais (SCR), 2014.

A seu turno, o VAB de Serviços (exclusive administração pública) destas cidades evidencia ainda mais o peso que a cidade de Vitória da Conquista tem sobre sua área de influência, contribuindo com quase 36% de todo o valor adicionado por esses municípios, valor que se mantém ao longo do tempo.

Noutra perspectiva, quando considerados os municípios isoladamente, chama a atenção o papel desempenhado pelos *Serviços de Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social* (APU) na composição do PIB desses municípios. O peso da administração pública no PIB dos pequenos municípios do Brasil é tão significativo que, sendo esta uma atividade de serviços, o IBGE passou a divulgar a informação desagregada, permitindo a melhor análise das respectivas dinâmicas municipais e regionais.

Para se ter uma ideia da importância dos serviços de administração pública junto aos municípios da área de influência de Vitória da Conquista, se a atividade fosse considerada sem desagregar do setor de serviços, a participação de Vitória da Conquista cairia de 36% (sem APU) para 27%. Para os demais municípios desta rede urbana, no entanto, o comportamento é bastante diverso. Em alguns municípios, como Bom Jesus da Serra e Caetanos, o APU chega a responder por quase dois terços do PIB. Em contraposição, os maiores núcleos urbanos e os municípios que contam com uma agricultura mais dinâmica, a contribuição é de cerca de 20%.

Do ponto de vista demográfico, o grau de urbanização da região saltou de 49,68%, para 58,06%, entre os anos 2000 e 2010. A proporção da população desses municípios em relação à população brasileira corresponde a 1,11% em 2010; e, em relação à população do estado da Bahia, são 15,09%. As cidades que mais cresceram foram Maiquinique e Itapetinga, com taxas de 19,87% e 17,85%, respectivamente. Estes dados apontam para a necessidade de investigação da dinâmica econômica também destas cidades, em que pese a presença de fábricas de calçados naquelas municipalidades. O município de Vitória da Conquista desponta com o aumento populacional de 16,9%, mantendo a mesma média do período anterior (1991/2000).

Todavia, 44% dos municípios sofreram perdas de população entre 2000 e 2010, denotando que se trata, ainda, de uma região expulsora de população. Municípios como Maetinga (BA), Ribeirão do Largo (BA) e Caraíbas (BA), tiveram

perdas de mais de 40% da população, no intervalo de 10 anos. Estes dados podem revelar, no entanto, um possível “inchaço” estatístico ocorrido no ano 2000. Assim como as cidades que mais cresceram em termos de população, estas cidades também carecem de investigação específica.

5 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA FUNÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA COMO CAPITAL REGIONAL

No decorrer do artigo foram sendo colocadas diversas questões às quais parece se conformar uma lógica bastante específica do desenvolvimento capitalista, isto é, do processo de acumulação do capital, cujas contradições são também impressas no espaço. Nesta perspectiva, o espaço aparece como um importante objeto da análise econômica e, portanto, também o é a rede urbana, que perfaz um determinado espaço.

Desta maneira, tem-se que a dinâmica econômica da cidade de Vitória da Conquista vincula-se a uma série de determinações, cuja estrutura econômica, social, política e geográfica da região lhe proporcionam a primazia da recepção dos fluxos econômicos, possibilitando a sua expressiva relevância em sua área de influência. Por outro lado, os movimentos mundiais do capital também determinam o fluxo destas riquezas no âmbito regional. Dentre essas diversas determinações, as decisões capitalistas voltadas para a obtenção do lucro também condicionam a mobilidade espacial do capital, no qual se perpetua a lógica do crescimento econômico de uma determinada cidade, e que pode vir a inibir o crescimento de suas cidades vizinhas, ao passo que estas mesmas cidades podem obter ganhos pela proximidade com o centro maior.

Neste trabalho, evidenciou-se a centralidade exercida por Vitória da Conquista, com base nas funções que desempenha e na localização dos fixos e recepção dos fluxos gerados dentro e fora do território. Deve-se ressaltar, porém, que os fluxos econômicos em sua rede urbana, bem como a importância econômica e social que cada cidade desempenha em seu contexto regional, podem ser compreendidos pela percepção do movimento espacial do capital.

A este respeito, Santos (1994) indica para o desenho de uma nova geografia regional, baseada em uma nova divisão territorial do trabalho. Para o autor, a produção, que se torna cada vez mais capitalista, cria objetos pelas atividades

hegemônicas com intencionalidade específica, multiplicando o número de fluxos sobre o território. Como resultado, tem-se uma acentuada especialização das tarefas no território que, por sua vez, formam as complementaridades regionais.

Em consequência, essas complementaridades fazem com que se criem novas necessidades de circulação. Desta forma, configura-se uma especialização territorial que se torna ainda mais complexa quanto maior for o número de produtos e a diversidade da produção nos diferentes lugares (SANTOS, 1994).

A seu turno, Ferreira (2008) propõe repensar os pressupostos metodológicos vigentes do estudo da produção socioespacial, ampliando o caminho para uma perspectiva dialética, cuja principal atribuição está em atentar-se para as imprecisões, as rupturas, as continuidades e períodos de transição, bem como suas dissimetrias. Esta medida rompe com a preocupação demasiada com o equilíbrio e as coerências. Pelo exposto, pensar em hierarquização é pensar nos elementos que tornam as cidades diferentes umas das outras.

No estado da Bahia, a forma desigual com que as riquezas circulam pela rede de cidades é emblemática desse processo de crescimento econômico. Poucas cidades concentram a quase totalidade dos recursos gerados no estado, cuja lógica capitalista tem forte tendência a intensificar tais diferenciações, devido às barreiras de localização que impedem os investimentos em regiões com vantagens competitivas reduzidas (PORTO, 2003).

Como resultado, verifica-se a formação de uma rede urbana verticalizada, articulando a capacidade de um determinado centro em concentrar maior fluxo e irradiar seus resultados para outras cidades, o qual se manifesta pela diminuição dos custos de circulação (PORTO, 2003). Desse modo, há uma maior proximidade entre as unidades de produção, as unidades de comércio e os consumidores.

A cidade de Vitória da Conquista demonstra ser esse centro funcional que articula o processo de acumulação do capital no espaço, na medida em que capitaneia o processo de circulação das riquezas geradas em toda sua área de influência. Por outras palavras, devido à multiplicidade dos fixos situados em sua sede, o município recebe a maior parte dos fluxos econômicos da rede de cidades que ela comanda.

Nesta mesma medida, o adensamento de capitais externos – isto é, de fora da região – à rede de cidades articuladas ao seu redor possui uma forte possibilidade de serem recepcionados, primeiramente, por Vitória da Conquista, em face da capacidade que esta tem de concentrar esses fluxos e irradiá-los para outros locais, como também, pela natureza do capital em buscar vantagens competitivas de localização.

Com o fenômeno da globalização, a partir dos anos 1970, Balanco, Pinto e Busato (2006) sugerem que há agora uma totalidade desigual, da qual se apresentam uma hierarquia entre as nações que traduz relações de domínio, originárias do movimento dialético da acumulação espacial do capital.

Esta diferenciação manifesta-se também nos pequenos *lócus* de acumulação capitalista, como é a cidade de Vitória da Conquista, que acumula riquezas em seu interior. Este núcleo urbano participa do processo produtivo preponderantemente pela esfera da circulação das mercadorias, sobretudo pelos serviços por ela ofertados, com destaque para as atividades de comércio, os serviços de saúde e a educação superior.

Portanto, estes parecem ser os critérios de análise do processo de desenvolvimento desigual entre as cidades do interior da Bahia, compreendendo que a formação da rede urbana daí decorrente constitui-se na conformação do espaço pelo qual o capital percorre. Com isto, é que se discute como o processo de acumulação do capital em sua dimensão espacial possibilitou a constituição de Vitória da Conquista como Capital Regional.

Nessa perspectiva, a cidade de Vitória da Conquista, em relação à região que ocupa, parece reproduzir, em menor escala, o que acontece a nível estadual e nacional, no que se refere ao crescimento econômico espacialmente concentrado. De fato, o município desponta pelas funções que desempenha na rede de cidades da Bahia e pela hierarquização de um número significativo de cidades.

REFERÊNCIAS

ALBAN, M. O novo enigma baiano, a questão urbano-regional e a alternativa de uma nova capital. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 6., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, UFBA, 2005.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.

BALANCO, P.; PINTO, E. C.; BUSATO, M. I. Acumulação do capital, dimensões espaciais e desigualdades regionais brasileiras. **Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia**. Salvador, v. 3, n. 30, p. 9-35, 186p., SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006. 336p.

DIAS, P. C.; ARAÚJO, M. M. S. Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 119, p. 185-208, jul./dez. 2010.

DIAS, P. C.; VIDAL, F.B. Cidades médias baianas: dinâmicas, tendências e significados. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador (BA), SEI, 2012. (Série estudos e pesquisas, 94). 238p.

FAISSOL, E. (Org.). Introdução. In: _____. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, IBGE: 1978. 247p.

FERREIRA, S. C. Urbanização e rede urbana brasileira: orientação teórica e metodológica preliminar. In: SIMPGEO - UNESP, 2008, Rio Claro-SP. **Anais...** Rio Claro, SP, 2008. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/blxzJ>>. Acesso em: 17 dez. 2010.

GUSMÃO, A. D. F. **Espaço regional e ensino superior em Vitória da Conquista - Ba**, 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS (IPEA). **Configuração atual e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 1). Convênio IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo, Centauro, 2001. 144p.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Nobel, 1988. 209p.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 406p.

LOPES, R. P. M.. Universidade e economias de aglomeração: as dimensões econômicas e espaciais geradas pelo consumo de serviços de ensino superior em Vitória da Conquista. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 6., 2010, Salvador. **Anais...** Salvador, 2010.

MIRANDA, H. A força inter-mediadora das cidades médias nas hierarquias urbanas: observações sobre o desenvolvimento urbano recente no Brasil. SEMINÁRIO DA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO (RII), 13., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador, SEI, 2014.

_____. Expansão da agricultura e sua vinculação com o processo de urbanização na Região Nordeste/Brasil (1990-2010). **EURE**, Santiago, v. 38, n. 114, p. 173-201, 2012.

NEVES, E. F.; ADAN, C. F. F. Exterioridades culturais contemporâneas do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca. **Panorama Cultural da Bahia**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura, Salvador, SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas, 92).

PORTO, Edgard. **Desenvolvimento e Território na Bahia**. Salvador: SEI/BA, 2003. 111p. (Série Estudos e Pesquisas, 61).

RUIZ, R. M. **Análise territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão**. Brasília: CEPAL, 2006. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/drNO9>>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SAMPAIO, A. V. O.; GUSMÃO, A. D. F. Mobilidade do trabalho e produção do espaço nas Cidades Médias. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Best-Seller, 1999.

SANTOS, J. Ações do Estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador, BA: SEI, 2012. 238p. (Série estudos e pesquisas, 94).

_____. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades médias. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador, BA: SEI, 2010. 250p. (Série estudos e pesquisas, 87).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. (Estudos Urbanos, v. 5)

_____. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SILVA, S. C.B. de M.; SILVA, B. Desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia. **Desenvolvimento Regional: Análises do Nordeste e da Bahia**. Salvador, v. 3, n. 30, p. 95-111, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, 73)

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. Dinâmica recente do processo de urbanização/ metropolização 1931/1985. In: SILVA, S. B. M.; LEÃO, S. O.; SILVA, B. C. N. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA). 1989. p. 187-262